

O INFORMANTE DE GETÚLIO VARGAS NA ARGENTINA: ATUAÇÃO DE JOSÉ DE PAULA RODRIGUES ALVES NA ARGENTINA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

*GETÚLIO VARGAS' INFORMANT IN ARGENTINA: THE ROLE OF JOSÉ DE PAULA
RODRIGUES ALVES IN ARGENTINA DURING WORLD WAR II*

Filipe Queiroz de Campos¹

¹Universidade Federal de Juíz de Fora (UFJF), Juíz de Fora, Minas Gerais, Brasil. E-mail:
filipeqc@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8820-9957>

Recebido em: 29/04/2025 | Aceito em: 16/09/2025.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0



RESUMO

Na Argentina, Rodrigues Alves teve um papel central não apenas como diplomata, mas como agente confidencial de Getúlio Vargas, informando diretamente sobre a situação política, as tendências pró-Eixo entre militares e civis, e a complexa neutralidade argentina diante da guerra. O artigo propõe uma nova abordagem metodológica ao tratar os diplomatas-informantes como parte ativa da formulação da política externa brasileira. Esse trabalho investiga a atuação do nazismo no contexto da América Latina pela perspectiva do embaixador Alves, e demonstra como Getúlio Vargas articulava informalidade e estratégia para consolidar a posição do Brasil na região durante a Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Brasil; Argentina.

ABSTRACT

In Argentina, Rodrigues Alves played a central role not only as a diplomat, but also as a confidential agent for Getúlio Vargas, reporting directly on the political situation, pro-Axis tendencies among both military and civilian sectors, and Argentina's complex stance of neutrality during the war. This article proposes a new methodological approach by treating informant-diplomats as active participants in the formulation of Brazilian foreign policy. It investigates the operations of Nazism in Latin America through the perspective of Ambassador Alves and demonstrates how Getúlio Vargas skillfully combined informality and strategic planning to consolidate Brazil's position in the region during World War II.

Keywords: World War II; Brazil; Argentina.



INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, política interna e externa eram vistas como esferas autônomas, centradas em narrativas factuais e nos “grandes homens” (Milza, 2003). Essa perspectiva foi transformada pela “Nova História Política” (Medeiros, 2017), que ampliou o olhar para dimensões culturais e econômicas. Trabalhos como *Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics* (Snyder, Bruck e Sapin, 2002) e uma introdução à História das Relações Internacionais (Renouvin; Duroselle, 1974) consolidaram a ideia de que ambas as esferas são indissociáveis, mostrando que a política externa resulta de um processo decisório complexo que equilibra interesses internos e o cenário internacional, deslocando o foco da cronologia dos feitos para as dinâmicas de poder e tomada de decisão.

O esforço metodológico desse artigo vai ao encontro dessa tendência mais ampla, a da “Nova História Política”, pois busca compreender a relação complexa entre os serviços diplomáticos oficiais da política de Estado e os desejos e projetos de poder das políticas de governo de Getúlio Vargas, mais especificamente para a América Latina. Fará isso ao observar uma atuação em específico, a de José de Paula Rodrigues Alves, embaixador do Brasil na Argentina durante o período da Segunda Guerra Mundial. Desse modo, a historiografia brasileira e argentina respeito do período importa para efeitos de um balanço das principais tendências de análise atuais. Vamos a elas.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Argentina adotou uma política de neutralidade marcada por tensões entre interesses internos e pressões externas, estendendo-se por quatro governos. Joseph Tulchin, em *Argentina and the United States: A Conflicted Relationship* (1990), ressalta que essa postura foi moldada por cálculos econômicos e políticos. O presidente Roberto María Ortiz (1939-1940), apesar de eleito em processo fraudulento, buscou alinhar-se aos Aliados, mas sua tentativa de adotar a “não-beligerância” fracassou diante da reação nacionalista. Com sua saída, Ramón S. Castillo (1940-1943) manteve a neutralidade, refletindo, segundo Thomas Leonard e John Bratzel em *Latin America During World War II*, tanto os interesses comerciais com o Reino Unido quanto a resistência à pressão panamericana dos EUA, apoiada por setores germanófilos do exército. A recusa de Castillo em romper relações com o Eixo na Conferência do Rio de 1942 intensificou o atrito com Washington.



O golpe militar de 1943 levou Pedro Pablo Ramírez ao poder (1943-1944), cuja neutralidade foi rapidamente contestada pela ofensiva norte-americana, que incluiu sanções e ameaças de intervenção, como detalha Panagiotis Dimitrakis em *The Hidden War in Argentina: British and American Espionage in World War II* (2018). Pressionado, Ramírez rompeu relações diplomáticas com o Eixo em janeiro de 1944, o que gerou nova instabilidade. Seu sucessor, Edelmiro Julián Farrell (1944-1945), manteve a neutralidade inicial, o que levou os EUA a cortar relações com a Argentina. Contudo, com a vitória Aliada iminente, Juan Perón — então vice-presidente e ministro do Trabalho — impulsionou uma guinada pragmática, levando o país a declarar guerra ao Japão e à Alemanha em 27 de março de 1945, reintegrando-se ao cenário internacional. Esse processo revela, como observa Tulchin (1990), a dificuldade de dissociar política interna e externa na formulação da política argentina durante o conflito.

Carlos Escudé interpreta a neutralidade argentina como uma “rebelião” contra as normas internacionais, que custou ao país a primazia regional, subordinando-o ao Brasil (Gran Bretaña, Estados Unidos y la Declinación Argentina, 1942-49, 1983). Já Tulio Halperín Donghi (2006) e Federico Finchelstein (2002) aproximam a neutralidade do mimetismo em relação ao fascismo europeu, sendo este último mais enfático ao associar o nacionalismo argentino ao nazifascismo, caracterizando-o como xenófobo. Rubio Garcia (2017), no entanto, critica esse reducionismo, destacando que a categoria “fascismo” é limitada fora da Itália. Alejandro Cattaruzza (2001) e María Inés Tato (2010) reforçam a ideia de “heterogeneidade radical” no nacionalismo dos anos 30, permitindo interpretar a neutralidade como defesa da soberania e do anti-imperialismo, e não apenas como adesão pró-Eixo. Assim, o debate historiográfico desloca-se para valorizar as especificidades locais frente às influências externas, movimento que também tem reflexos nos estudos sobre a política externa brasileira. Observemos debates brasileiros.

Como demonstra Rafael Gomes (2019), a historiografia das relações internacionais do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial foi significativamente revitalizada a partir da década de 1970, com a abertura de arquivos nos EUA e na Europa, resultando em ampla produção acadêmica (teses, artigos e livros). Autores como Stanley Hilton (1981), Frank McCann (2018), Roberto Gambini (1977), Gerson Moura (1993), Ricardo Seitenfus (2003), Moniz Bandeira (2003) e Eduardo Munhoz Svartman foram centrais para novas interpretações sobre a política externa brasileira



(Campos, 2022). Nesse período, destacam-se conceitos como a “política de cima do muro”, de McCann, que identifica na estratégia de Vargas um equilíbrio entre concessões e provocações, utilizando inclusive “fraseologia fascista” para forçar os EUA a valorizarem o Brasil, e o “duplo jogo” de Roberto Gambini (1977), que descreve a diplomacia pendular de Vargas entre EUA e Alemanha até 1941.

Esse debate ganhou maior sofisticação com Gerson Moura (1980), que cunhou a noção de “equidistância pragmática”, caracterizando a política externa entre 1935 e 1942 como um esforço de barganha que extraía vantagens ao transitar entre os rivais. Para o autor, o Estado brasileiro “soube extrair os benefícios possíveis da situação, movimentando-se pendularmente entre os dois grandes rivais e sustentando-se por algum tempo essa política que designamos de equidistância pragmática” (Moura, 1980, p. 180). Ricardo Seitenfus (1985), por sua vez, enfatizou a “dubiedade habitual” de Vargas, sua habilidade em dosar propostas e manter-se acima de grupos divergentes, qualidade que se refletia tanto na condução da política interna quanto da externa.

No plano latino-americano, novas leituras ampliaram o foco além do envolvimento militar, considerando impactos sociais, culturais e políticos. Francisco Doratioto (2022) interpreta a neutralidade argentina como antimperialismo frente à proposta panamericana de Roosevelt, reposicionando a questão da neutralidade. Francisco César Alves Ferraz e Vinícius Mariano de Carvalho (2024) destacam que os estudos recentes incorporam temas como moral de combatentes e civis, mobilização de recursos, impactos culturais e reintegração de veteranos, reafirmando a Segunda Guerra como fenômeno total, cujos efeitos atingiram inclusive países formalmente neutros. Essa renovação historiográfica, portanto, valoriza as especificidades locais dentro de um contexto global, ampliando as chaves interpretativas para o estudo da guerra na América Latina.

A contribuição de Andrew Buchanan e Ruth Lawlor (2025) é central para essa nova abordagem, ao proporem uma redefinição espacial e temporal da Segunda Guerra Mundial. Para os autores, o conflito deve ser entendido não apenas como um episódio bélico entre 1939 e 1945, mas como parte de um processo mais amplo que se inicia com a invasão da Manchúria em 1931 e se estende até o fim da Guerra da Coreia, em 1953.



Essa perspectiva permite analisar a Segunda Guerra como catalisadora de múltiplas crises, sejam econômicas, políticas, sociais ou culturais, que já vinham se acumulando desde o entreguerras, como a crise de 1929, a instabilidade do Sistema de Versalhes e os temores de revoluções sociais. A partir disso, os autores também questionam a separação artificial entre a Política de Boa Vizinhança dos anos 1930 e o engajamento militar explícito dos Estados Unidos após 1941, argumentando que ambas fazem parte de uma mesma estratégia de guerra, que combinava poder duro (hard power) e poder brando (soft power) no esforço de integração hemisférica.

Portanto, o que se vê é o renovado esforço de se compreender não apenas novas dimensões da própria Segunda Guerra Mundial, mas como o conflito tem sido redimensionado em termos geográficos e temporais, bem como as dimensões do conflito na América Latina aparece como um objeto de estudo relevante para corroborar com essa nova tendência.

O que explicaremos a seguir é sobre como os resultados de nossa pesquisa a respeito da rede de informantes de Getúlio Vargas se alinha a essas novas perspectivas e como, ao analisar a atuação do diplomata José de Paula Rodrigues Alves, podemos contribuir com o esforço analítico dessas novas dimensões.

A REDE DE INFORMANTES DE GETÚLIO VARGAS

O Governo Provisório de Getúlio Vargas, instaurado em 1930 após a deposição de Washington Luís, marcou a ruptura com a ordem constitucional da Primeira República e o início de um ciclo de centralização do poder, fruto de um movimento articulado por elites dissidentes de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba contra o domínio paulista (Fausto, 2006). Sua ascensão não resultou de levante popular, mas de uma aliança político-militar que impediu a posse de Júlio Prestes, eleito naquele ano (Skidmore, 1988). No poder, Vargas dissolveu o Congresso, suspendeu a Constituição de 1891 e nomeou interventores, em sua maioria militares ou aliados, fortalecendo o Executivo e instaurando um regime provisório autoritário sob o pretexto de reorganização institucional, mas que, na prática, o habilitou a governar por decretos e promover reformas sem a mediação parlamentar (Carone, 1974). Nesse contexto, novas abordagens investigativas levantam a questão da dimensão internacional da “Revolução de 1930”,



perguntando-se sobre eventuais financiamentos ou apoios externos, análise que pode ser iniciada a partir do estudo da atuação dos informantes de Getúlio Vargas.

Era 22 de outubro de 1930 quando Oswaldo Aranha escreveu a Getúlio Vargas: “o ministro da Guerra da Argentina fará passar pelo seu território o nosso material” (Aranha, 1930). Tratava-se de munição para carabinas Mauser, armas de fogo e sacos de dinheiro arrecadado, garantidos pelo general argentino Francisco Medina em cooperação secreta com os rebeldes brasileiros que planejavam derrubar Washington Luís (Collor, 1930). O apoio internacional foi decisivo: o capitão Orlando Leite Ribeiro, veterano do tenentismo de 1927 e exilado em Buenos Aires, atuou em missão secreta para obter respaldo militar argentino e ampliar a arrecadação (Collor, 1930a). Lindolfo Collor (1930), aliado de Vargas, relatou que uma rede de apoiadores havia reunido mais de 135 mil libras, depositadas em bancos de Montevideu e Buenos Aires com a ajuda de Macedo Soares, além de fundos obtidos na Europa. A arrecadação foi tamanha que o próprio Vargas advertiu Aranha, temendo desvios por pessoas que faziam do dinheiro um “meio de vida” (Vargas, 1930).

Esse movimento articulava civis da Aliança Liberal e militares tenentistas, insatisfeitos com a política da Primeira República, e resultou na vitória de 24 de outubro de 1930, quando uma junta militar assumiu o governo, fechou assembleias estaduais e o Congresso Nacional, entregando a Vargas o poder, exercido por decretos-lei no Governo Provisório (Pandolfi, 2003, p. 13-37). A dimensão internacional desse processo, pouco explorada, evidencia o papel crucial do financiamento externo, da cooperação militar argentina e da rede de informantes que viabilizou a mobilização bélica. Ao assumir a presidência, Vargas não desarticulou essa rede: ela se tornaria ferramenta central na formulação de sua política externa, permanecendo ativa até o fim da Segunda Guerra Mundial: o que nos leva à questão fundamental: afinal, o que é um informante?

Não era qualquer indivíduo que enviava cartas a Vargas que pode ser classificado como informante. A distinção está no fato de que esses agentes recebiam atenção, missões e orientações diretas do presidente, em uma relação de proximidade atípica com o poder. Jornalistas, políticos, diplomatas, militares e empresários não apenas enviavam informações, mas desempenhavam funções informais e confidenciais para atualizar Vargas e executar instruções, compondo um verdadeiro serviço paralelo de política interna e externa. Essa metodologia é a



mesma utilizada por Campos em Bastidores da política externa brasileira (1930-1945): Getúlio Vargas e seus informantes (2023). Durante a Segunda Guerra Mundial, essa rede se expandiu com a mediação de Alzira Vargas (Machado, 1936) e do Secretário da Presidência, Luís Fernandes Vergara (Vergara, 1934). Dos 51 informantes identificados, 23 atuaram no período da Guerra, sendo 11 exclusivamente na América Latina.

Nesse contexto, o embaixador José de Paula Rodrigues Alves se destacou ao monitorar a política interna e externa da Argentina e os planos nazistas para a América do Sul, atuando para além de suas funções diplomáticas e com acesso direto a Vargas. Sua atuação diferiu de seus antecessores e sucessores, o que o qualifica como informante do presidente. Outros embaixadores, como João Batista Lusardo, também recorreram à correspondência privada para tratar de assuntos de Estado e são classificados como informantes (Campos, 2023). No entanto, a inovação deste artigo está em analisar especificamente como Alves contribuiu para a interpretação de Vargas sobre a política externa argentina, integrando uma rede mais ampla de informações que sustentava o governo.

O estudo também considera o diplomata Joaquim Assis Brasil, que, entre 1929 e 1930, ajudou Vargas e os aliancistas no esforço de tomar o poder com ações de inteligência e, após o Governo Provisório, foi Ministro da Agricultura e Embaixador em Buenos Aires. De lá, passou a monitorar opositores de Vargas, mas gradualmente aderiu à causa da reconstitucionalização, apoiada por opositores paulistas (Brasil, 1932). Diante dessa mudança, Vargas acionou José Bernardino Câmara Canto, delegado comercial em Montevidéu, para vigiar Assis Brasil, criando um sistema de “informantes dos informantes” (Setemy, 2013, p. 1-22). Essa disputa de bastidores, que culminou na substituição de Assis Brasil por Rodrigues Alves, reforça a centralidade desta rede de informantes na formulação da política externa varguista.

O EMBAIXADOR “ENCOMENDADO”

O diplomata Joaquim de Assis Brasil, lotado em Buenos Aires, auxiliou Vargas e os aliancistas com elementos de inteligência entre 1929 e 1930. Após o início do governo provisório, assumiu os cargos de Ministro da Agricultura e de Embaixador na Argentina (CPDOC-FGV, n.d.). Nessa posição, monitorou opositores de Vargas que se abrigavam no país, mas gradualmente passou a



discordar da vigilância secreta e a defender a reconstitucionalização do Brasil, bandeira dos opositores paulistas (Brasil, 1932). Em junho de 1931, o empastelamento do jornal *A Nação* pela polícia, sob ordens do governo provisório, provocou divisões internas, denunciadas por antigos aliados de Vargas (Fausto, 2006). Assis Brasil foi peça-chave na tentativa de reconciliação entre governo federal e políticos gaúchos, mas logo declarou a Vargas que “em nome da liberdade” o regime reproduzia práticas de perpetuação no poder, semelhantes às da monarquia, reforçando sua adesão à reconstitucionalização. Vargas respondeu que o posto em Buenos Aires era crucial e pediu que permanecesse até a reconciliação com os políticos do Rio Grande do Sul (Vargas, 1932).

Diante da simpatia de Assis Brasil pelo movimento constitucionalista, Vargas acionou José Bernardino Câmara Canto, delegado comercial em Montevideu, para monitorar suas ações, instaurando um sistema de “informantes dos informantes”. Bernardino alertou Vargas sobre a falta de confiabilidade do embaixador, tanto como representante do governo quanto como conciliador (Canto, 1932). Adido comercial no Uruguai, Bernardino manteve-se informante de Vargas até o fim da Segunda Guerra Mundial, com plena confiança do presidente. Como resposta, Vargas, junto ao ministro Afrânio de Melo Franco, decidiu transferir Assis Brasil para a Inglaterra em missão comercial, isolando-o da embaixada argentina e da política interna. Nos *Documentos do Governo Provisório* (1933), consta que Franco apelou pessoalmente, como amigo, para que Assis aceitasse a função.

Após seu afastamento, Protásio Baptiste Gonçalves e José Bonifácio de Andrada e Silva assumiram a embaixada, mas sem manter contato epistolar direto com Vargas, o que reforçava a percepção de que o cargo exigia alguém de confiança política. Em 1937, Orlando Leite Ribeiro (1937), adido comercial e informante de Vargas, relatou que Saavedra Lamas, chanceler argentino, manipulava a percepção de hostilidade entre Brasil e Argentina para frustrar negociações militares com os EUA, especialmente a compra de *destroyers*. Para enfraquecer essa estratégia, seria essencial demonstrar amizade bilateral. Leite Ribeiro considerava Rodrigues Alves o nome ideal, destacando sua lealdade, já reconhecida também por Rosalina Coelho Lisboa Larragoiti, jornalista e escritora que desde a década de 1920 atuava no movimento tenentista, apoiava exilados e articulava redes políticas internacionais.



Rosalina Lisboa, instalada por 12 anos na Argentina, manifestou apoio à Revolução de 1930 e manteve intensa colaboração com Vargas, enviando cartas, participando de encontros e missões sob sua orientação. Em 1932, recomendou que o presidente valorizasse Rodrigues Alves, que, como embaixador no Chile, havia impedido contrabandistas ligados à Curtiss-Wright de fornecer armas ao movimento constitucionalista paulista, demonstrando fidelidade política (Lisboa, 1932).

Em 1938, Rosalina relatou a Vargas a visita de Oswaldo Aranha à Argentina e destacou a necessidade urgente de substituir o desgastado embaixador Luís Guimarães por Rodrigues Alves: “apresse a vinda do Rodrigues Alves” (Lisboa, 1938). Assim, em 1938, José de Paula Rodrigues Alves assumiu a embaixada brasileira em Buenos Aires, permanecendo até 1944, atravessando quase todo o período da Segunda Guerra Mundial. A seguir, será analisada sua atuação como embaixador e informante de Vargas.

RODRIGUES ALVES, O INFORMANTE DO PRESIDENTE NA ARGENTINA

Uma das primeiras atuações confidenciais de Rodrigues Alves ao chegar ao posto de embaixador, que assumiu na virada de 1938 para 1939, foi a questão do governo de Franco na Espanha. O governo de Francisco Franco na Espanha, conhecido como franquismo, foi uma ditadura militar que durou de 1939 a 1975 e se estruturou em torno de autoritarismo, nacionalismo extremo, conservadorismo católico e repressão violenta de opositores.

Como explica Ismara Izepe de Souza (2009), durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), os principais opositores do general Francisco Franco eram as forças republicanas, que defendiam a continuidade da Segunda República Espanhola. Rodrigues Alves informou o ministro interino das Relações Exteriores do Brasil, Ciro de Freitas Vale, de que a Argentina estava arquitetando um consenso entre países da América do Sul para que houvesse apoio oficial a Franco.

O plano argentino, segundo Alves, era enfraquecer os republicanos. Ciro de Freitas Vale tomou a decisão junto ao embaixador de fazer frente ao movimento argentino: o Brasil não construiria esse movimento, porque só tomaria uma decisão quando houvesse consenso entre os europeus. Segundo Alves, o Brasil deveria defender “uma solução europeia para um caso nitidamente europeu” (Vale, 1939), Argentina já estava mobilizando a opinião do Uruguai,



Paraguai e Bolívia, mas a resistência brasileira logrou sucesso em contra-arrestar a articulação, que terminou impedida.

A próxima atuação de Alves foi diretamente junto a Vargas, circundando a figura do Ministro das Relações Exteriores: tratava-se de um plano confidencial do presidente, que pediu a Alves que conversasse com o presidente argentino Ortiz sobre um plano que Getúlio tinha: que Brasil e Argentina chegassem a um acordo sobre uma declaração conjunta sobre o “não reconhecimento de aquisições territoriais pela força e o respeito à zona traçada do mar territorial americano” (Alves, 1940a).

A ideia de Vargas era de que se concretizasse alguma declaração que “servisse para a defesa dos nossos territórios” (Alves, 1940a, p.2), como projeto geopolítico conjunto. Ortiz pediu a Alves para que ele manifestasse a Vargas sobre seu receio com o que, segundo ele, estava sendo a forte manifestação de adeptos do nazismo na Argentina. Segundo Ortiz, estavam acontecendo celebrações de queima de bandeiras da Grã-Bretanha com constância na Argentina e o presidente estava tendo dificuldades para controlá-las. A posição de fragilidade na política interna Ortiz minou a iniciativa de Vargas.

A partir desse momento, o próprio Alves escreveu a Vargas dizendo que estava tendo dificuldades de enviar suas correspondências “de maneira segura”, por fora do Itamaraty, ou seja, passou a atuar em condição de um informante especial do presidente, não porque fosse embaixador, afinal, nenhum outro embaixador do Brasil na Argentina fez isso, mas porque ganhou a confiança do chefe e passou a integrar o círculo mais próximo de informantes (Alves, 1940a, p.2-4). Além disso, relatou que o general Nidenphur, chefe da missão alemã junto ao Exército argentino estava buscando coalizões entre generais do presidente Ortiz. Nidenphur, explicou, era nazista representante dos interesses de Hitler na América do Sul, e o que o impediu de de ter sucesso foram outros gerais que temiam a certeza de que a maioria da população argentina era “aliadófila” (Alves, 1940a, p.10).

Muito preocupado com as atividades nazistas, a pedido de Vargas, Rodrigues Alves conversou com o ex-presidente Augustín Pedro Justo, quem passou a ser confidente político junto a Alves sobre as forças nazistas na Argentina. Justo explicou que os mais jovens e os apoiadores do nazismo naquele país estavam vinculados ao desejo de afastar as influências da Inglaterra. Nessa



mesma carta, Alves expõe a Vargas suas próprias reflexões sobre o cenário: a propaganda alemã na Argentina dizia que seu objetivo era afastar o imperialismo inglês para libertar a Argentina, sobretudo usando o desejo argentino retomar as Malvinas ao seu poder. Desta maneira, o nazismo se infiltrava na Argentina em boa medida devido ao anti-imperialismo que os argentinos nutriam contra as forças da Inglaterra na economia argentina (Alves, 1940b). A carta foi passada a Vargas, por portadores secretos de cartas que circundaram os meios de comunicação do Itamaraty.

Ainda nessa correspondência, Rodrigues Alves registrou que Vargas deveria permanecer alarmado a respeito da situação argentina, porque percebeu que a opinião pública não ficou assustada com a descoberta de grandes planos nazistas para tomar o poder naquele país, como foi o plano descoberto na região de Missões ainda no governo Ortiz, ou seja, quando grandes movimentações nazistas no país foram comprovadas, Alves não viu reações fortes na população, o que o deixou ainda mais preocupado (Alves, 1940b). Auxiliou o presidente, então, naquilo que julgava ser possível ser feito: aumentar a interdependência entre os dois países, para que uma ruptura fosse cara e ameaçadora demais à economia argentina.

Alves narrou a Vargas o acordo que estava fazendo com a Argentina para o transporte e comércio de tecidos brasileiros para aquele país. Narrou que a Bélgica, a Holanda e a França, bem como a Inglaterra, estavam ocupadas com a guerra e não estavam mais fornecendo os tecidos necessários para a República Argentina. Por isso, o Brasil estava, naquele momento, tomando espaço dessa área comercial. Rodrigues Alves estava liderando esse processo, visto que, para ele, a interdependência entre os dois países deveria ser o objetivo da política externa de Vargas (Alves, 1940c).

Nessa mesma linha, Alves aconselhou Vargas a construir aproximação entre o Brasil e o Paraguai, o perdão da dívida Paraguai para com o Brasil, poderia ser, na opinião do diplomata, movimento certo para criar um novo clima de concertação regional. Francisco Doratioto (2012, p.143) explica que, desde o Barão do Rio Branco, a dívida externa do Paraguai era uma questão geopolítica entre Brasil, Argentina e Paraguai. Rio Branco via a dívida de guerra como um fator de proteção à independência paraguaia: caso a Argentina tentasse anexar o país, teria que assumir o débito com o Brasil. Embora não acreditasse na anexação, considerava essa estratégia um meio de dissuasão contrapressões argentinas.



Rodrigues Alves sugeriu que Vargas passasse a fazer um ato prático de, em suas palavras, “alta política de boa vizinhança”, libertando o Paraguai de sua dívida de guerra. A ideia era de que Getúlio Vargas usasse o perdão da dívida para firmar novos acordos de infraestrutura com o Paraguai e garantir acordos solenes e vitalícios de não agressão entre os dois países para que se construísse o fortalecimento das relações latino-americanas devido ao contexto da Segunda Guerra (Alves, 1940d, p.6). O presidente não apenas procurava se atentar ao que Alves sugeria, como executava a estratégia entre os dois combinada, ou seja: construir tantos meios de aproximar o Brasil dos países vizinhos que isso minaria esforços de hostilidade da Argentina.

De fato, em 1943, em visita do presidente paraguaio Morínigo, o Brasil cancelou a dívida de guerra entre os dois países. Apenas em 1943, o Brasil recebeu a visita de Higinio Morínigo, em maio, como uma retribuição da visita que Vargas fez ao Paraguai em 1941, (FUNAG, 1941) e de Enrique Peñaranda, presidente da Bolívia (Garcia, 2015, p.158), em junho. A política externa de Vargas era de não enfrentamento à situação da Argentina e de paralela aproximação dos países americanos.

Essa política era auxiliada pela “diplomacia dos informantes”. A exemplo, citamos a atuação de Renato Rodrigues Barbosa,² que fez viagem ao Uruguai, Chile e Argentina a pedido do próprio Vargas para colher impressões gerais. A respeito do cenário argentino, Barbosa denunciava a Vargas de que tinha certeza de que os planos maiores da política externa Argentina era se aproximar ao máximo do Chile. Ambos os países já haviam acertado questões de fronteiras e realizado novos acordos, e, para o informante, a Argentina via o Brasil se aproximar do Paraguai e Bolívia com muita desconfiança, por isso buscava forças no Chile e no Uruguai. Para Barbosa, Vargas deveria continuar construindo uma política que desanuviasse as desconfianças (Barbosa, 1941).

Outro informante atestava a Vargas que sua estratégia de diminuição da importância logística da região do Prata para o Brasil estava funcionando. Trata-se de Décio Martins Coimbra, jornalista riograndense que contava com a confiança de Vargas (Neponuceno, 2016, p.1-13). Segundo ele:

² Renato Rodrigues Barbosa era professor de Patologia Interna na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, apoiador de Vargas desde a formação da Aliança Liberal, deputado no Rio Grande do Sul e amigo de Vargas. Em viagens de cunho científico, Vargas confiou a ele a missão de investigar a política interna de países vizinhos.



“em Montevideo e Buenos Aires, os círculos diplomáticos não falam de outra coisa que não o movimento do Brasil de fundar novos eixos de transporte que diminuam a histórica importância do Prata e aproximem o Brasil da Bolívia” (Martins, 1942).

As cartas de Décio Martins e de Barbosa demonstram que Vargas tinha não apenas a estratégia de contemporizar com a Argentina e se aproximar dos vizinhos, mas também a de diminuir a dependência do Brasil em relação ao Prata. Esses passos ocorriam concomitantes aos alertas de Alves de que o nazismo continuava se mostrando presente na região.

Na década de 1940, a política externa brasileira evidenciou uma estratégia deliberada de reduzir a centralidade logística da Bacia do Prata, tradicionalmente dominada pelas dinâmicas argentino-platinas, ao fomentar uma aproximação com países do norte da América do Sul, especialmente a Bolívia. Entre as ações práticas que comprovam essa estratégia estão as negociações para a construção da estrada Cuiabá–Santa Cruz de la Sierra, planejada para ligar o centro-oeste brasileiro ao mercado boliviano, e os acordos que visavam expandir a navegação pelo rio Madeira, consolidando novas rotas de acesso ao Pacífico.

Além disso, o apoio brasileiro à abertura de uma linha aérea militar para integrar a Amazônia aos Andes, promovida por meio da Força Aérea Brasileira, visava criar eixos alternativos de circulação regional que independessem da logística portuária platina. Essas medidas demonstram que Vargas não apenas visava fortalecer a infraestrutura nacional, mas articulava uma política externa voltada à diluição do peso estratégico do Prata, ao abrir novas fronteiras comerciais e diplomáticas que integrassem o Brasil a circuitos continentais menos controlados pelos interesses argentino-uruguaio. (Villafañe, 2017, p. 190).

Em 1941, Vargas realizou visitas presidenciais ao Paraguai, a primeira de um presidente brasileiro naquele país. Então, Rodrigues Alves enviou carta a ele parabenizando-o pelos resultados da visita e pelo início do projeto do primeiro trecho entre Corumbá e Santa Cruz de la Sierra, “ligação entre o Brasil e o Pacífico”, ligaria Brasil a Bolívia e Brasil ao Pacífico. O diplomata também elogiou a ligação entre a brasileira Estrada Noroeste com Ponta Porã e com Concepción, que integrou o norte do Paraguai ao sistema ferroviário brasileiro. Ou seja, o embaixador acompanhou e elogiou as estratégias de Vargas na busca por “desafogar” a dependência brasileira da logística relacionada à Argentina. Segundo o informante, os avanços logísticos do Brasil



irritavam o governo Ortiz, que, na imprensa nacional, estava sendo visto como lento demais (Vargas, 1941, p.2).

Portanto, as cartas de Décio Martins, de Barbosa e de Alves demonstram que Vargas tinha não apenas a estratégia de contemporizar com a Argentina e se aproximar dos vizinhos, mas também a de diminuir a dependência do Brasil em relação ao Prata, os bastidores da diplomacia lançam novas luzes sobre o processo de decisão do presidente que levou às novidades logísticas descritas acima. Esses passos ocorriam concomitantes aos alertas de Rodrigues Alves de que o nazismo continuava se mostrando presente na região. Acompanhemos.

Em relatório confidencial de abril de 1941, Rodrigues Alves relatou ter recebido informações de um ex-secretário da Embaixada dos EUA, Allen Hadem sobre um plano nazista no Paraguai, coordenado por Gunther Niedenfuhr, aquele mesmo nazista que já havia aparecido em seu radar. O alemão, ex-adido militar na Argentina e no Brasil, articulou um golpe com o militar argentino Isidoro Ramirez e o coronel Souza Valdéz para implantar o nazismo na América do Sul, no entanto, em abril daquele ano tivera seus planos mais uma vez frustrados (Alves, 1941a).

Segundo Alves, o objetivo nazista era usar o Paraguai como base para invadir o sul do Brasil e a Argentina, sem clareza sobre a posição do presidente paraguaio Higinio Morínigo. Ele destacou a fala de Allen Hadem: “Niedenfuhr é o chefe do movimento nazista na América do Sul e lideraria as forças alemãs no continente” (Alves, 1941a, p.3) Embora visse exageros, Alves considerou a denúncia crucial e pediu a Vargas que investigasse os fatos.

Considerando que, pelo menos desde 1941, Vargas estava ciente da importância estratégica do nazismo no Paraguai para a geopolítica alemã em toda a América do Sul, o perdão da dívida paraguaia por parte do Brasil e a inédita aproximação diplomática entre os dois países, constata-se que foram passos importantes para assegurar presença brasileira na vida política regional.

Alves também informou que estava monitorando atividades nazistas envolvendo brasileiros no Território de Missões, quando foi encontrada grande quantidade de munições. Daquela descoberta, foi gerada uma lista com nomes de nazistas que tinham planos para atacar o Brasil e a Argentina, então Alves enviou essa lista diretamente a Vargas. O diplomata fez então a descrição sobre o estado de saúde de Ortiz, isolado das pessoas e do poder. De certa maneira, a falta de



aliança política entre os países latino-americanos servia como mais um fator de reforço à presença nazista, como demonstraremos no parágrafo a seguir.

Ao fim de 1941, Rodrigues Alves analisou o fracasso geopolítico da América Latina na negociação das bases navais dos EUA. Após o ataque do Japão os EUA, o último iniciou investidas de negociação com países sul-americanos para a instalação de bases militares na região. Alves relatou que a estratégia de Vargas, ou seja, de que a região deveria ter negociado em conjunto o processo de instalação de bases, para garantir autonomia e maior soberania à região havia fracassado.

Para Alves, o interesse de países como Paraguai e Uruguai, focados em vantagens diplomáticas, minou essa estratégia, pois quiseram receber atenção privilegiada dos EUA, o que fez com que os norte-americanos aproveitassem para fazer acordos bilaterais, negociando separadamente com Argentina e Brasil. Alves lamentou a perda da unidade e da integração geopolítica latino-americana. Segundo ele, a divisão latino-americana reforçava o imperialismo dos EUA, o que, indiretamente, reforçava a propaganda nazista que se valia exatamente da aversão ao imperialismo (Alves, 1941b).

Voltando-se à política interna da Argentina, Rodrigues Alves narrou a Vargas sobre como a saúde do presidente Ortiz não apresentava melhoras, o que levou a ser substituído pelo vice. Em maio de 1941, Alves descreveu a Vargas a posse do vice-presidente da Argentina, Ramón Castillo, dizendo: “temo a ação dos nacionalistas de tendência totalitária, porque a inatividade do Congresso leva muita gente sem ser totalitária a simpatizar com qualquer movimento que ponha termo à demagogia parlamentar” (Alves, 1941c). Então descreveu a figura do Almirante Scasso, que, segundo ele, era o líder de uma “fobia yankee”, um líder dos que interpretavam a instalação de bases dos EUA na Argentina como imperialismo. Scasso era defensor do fechamento do congresso e de um forte poder executivo (Alves, 1941d).

Para Alves, esse discurso tinha muito respaldo no Uruguai, no seio do Partido Blanco, que se alimentava da propaganda alemã, cujo principal objetivo era fazer crer que as bases dos EUA, no Uruguai, representariam o controle do Rio da Prata pelos EUA. A situação ganhou ainda novos sistemas de pressão quando os EUA entraram no conflito.



O Japão atacou os Estados Unidos em 7 de dezembro de 1941, com o bombardeio à base naval de Pearl Harbor, no Havaí. Esse ataque foi o que motivou a entrada oficial dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, no dia seguinte, 8 de dezembro de 1941, quando o Congresso americano declarou guerra ao Japão. Com Ramón Castillo no poder na Argentina, Alves registrou a Vargas que, analisando o cenário político, tinha certeza de que a posição Argentina seria a de não reconhecer os EUA como beligerantes, mas não declararia guerra ao Eixo, isso, devido às pressões sobre Castillo (Alves, 1941d).

O embaixador explicou a Vargas que o Ministério de Castillo estava dividido: o ministro do Interior e o da Guerra eram a favor dos EUA, e os das Relações Exteriores, Marinha, Justiça e Instrução Pública eram inclinados à continuação da colaboração diplomática com o Eixo. O principal nome que influenciava o governo de Castillo era o de Enrique Ruiz Guinazú, que tinha, segundo Rodrigues Alves, “tendências totalitárias” (Alves, 1942a, p.4). Esta influência passava uma mensagem clara: os militares continuariam apoiando Castillo desde que ele não ultrapassasse o limite do reconhecimento dos EUA como não beligerantes, explicou o embaixador brasileiro (Alves, 1942a, p.4-5).

A situação ficou ainda mais tensa quando Alves informou a Vargas que suas correspondências enviadas pelo Itamaraty estavam sendo vazadas. Um informante, sobre o qual Alves disse que Vargas já tinha conhecimento de quem era, estava deixando bem claro que as correspondências do Itamaraty estavam sendo vazadas com constância, o embaixador combinou, então, novas estratégias de comunicação, por meio de outros portadores de cartas confidenciais (Alves, 1942a).

O presidente Ramón Castillo pediu então uma conversa direta junto a Alves. A ele, disse que apenas não romperia com o Eixo, para conseguir fazer a manutenção de sua política interna ao manter maioria no Congresso, mas que a Argentina não se opunha à política externa brasileira de se aliar aos Estados Unidos e de romper relações diplomáticas com a Alemanha. Pediu que Vargas ficasse seguro de que a Argentina entendia a sua política externa e que esperava que o Brasil também entendesse a posição da Argentina. Batista Luzardo, embaixador no Uruguai, também assegurava a Vargas de que mantinha conversa direta com o filho de Ramón Castillo, quem buscava garantir que a Argentina não romperia com o Eixo, mas que isso não representava ameaça ao Brasil (Benjamin, 1942).



O presidente Castillo quis deixar claro que estava fazendo de tudo para responder, à altura, as investidas de Hitler em seu governo. A exemplo confessou a Rodrigues Alves que havia prendido 50 homens muito experientes treinados pelo próprio Hitler para que chegassem na Argentina e conseguissem liberar a transferência de empresas alemãs que estavam na Argentina buscando enviar seus lucros para a Europa. Segundo Alves, o presidente Castillo conseguiu expulsar todos os 50 indivíduos e os trocaram por funcionários leais ao governo, fazendo com que os lucros de empresas alemãs continuassem dentro do país. Alves disse que estava no encalço desses agentes nazistas, pois o mais provável é que tinham fugido para o Brasil (Alves, 1942b). A investigação do embaixador sobre as atividades nazistas na Argentina estavam apenas começando.

Em julho de 1941, ele escreveu uma carta com muito cuidado, enviou por portadores confidenciais, dois homens enviando a mesma carta, em rotas diferentes para que chegassem a Vargas em segurança: tratava-se de informações sigilosas que confirmavam a descoberta de havia que uma “formidável rede nazista com raízes mais ou menos profundas em toda a América do Sul”, após a descoberta na Bolívia, onde o presidente Enrique Penaranda del Castillo havia descoberto a rede de nomes de nazista, mesmo momento em que, no Paraguai, as ações de um “Coronel Smith” foram interrompidas, revelando outra rede de nomes nazistas que buscavam fomentar a desinformação no país (Alves, 1941e).

Alves então explicou: “tudo isso vem demonstrar que o principal objetivo do nazismo não será tanto o de instituir o seu regime nos países americanos, mas, sim, de manter um regime permanente de perturbação e confusão nos negócios internos década um deles, para perturbar a ordem” (Alves, 1941e, p. 3), segundo ele, o recente conflito que havia acontecido entre Peru e Equador era fruto dessas “manobras subterrâneas” (Alves, 1941e, p.4).

Vargas não se valia apenas de Alves, ele começou a trocar correspondências diretamente com o diplomata Octávio de Abreu Botelho, que ingressou na carreira diplomática em 1940, atuando como conselheiro comercial em Buenos Aires. Botelho tinha profundo conhecimento dos círculos militares e da economia argentina, como demonstra seu detalhado relato sobre o funcionamento do país em 1942.

Em 1939, Vargas já o havia pedido uma análise confidencial sobre planos estratégicos da Argentina no cenário da Segunda Guerra Mundial. O diplomata retornou com desenhos e mapas



que mostravam que a Argentina estava explorando petróleo em áreas que poderiam ser consideradas do Paraguai, mas que esse país não fez nenhum alarde, pois era uma compensação secreta pela Argentina ter ficado ao lado daquele país durante a Guerra do Chaco (Botelho, 1939).

Já em sua análise de 1942, Botelho concluiu que não havia possibilidade de a Argentina romper com o Eixo, recomendando que o Brasil não insistisse nesse ponto. A estratégia que sugeriu era de que o Brasil se mostrasse o máximo amistoso possível, para enfraquecer os planos de tensões provocadas propositalmente, adotada pelos nacionalistas argentinos dentro governo (Botelho, 1942). As conclusões de Botelho certamente apenas fizeram reforçar o que Vargas já vinha conduzindo, mas essa condução foi dificultada quando o Brasil foi atacado. A partir desse momento, o não rompimento da Argentina, mediante seu vizinho em direta ameaça passava a ser ainda pior.

Em 1942, submarinos alemães atacaram navios brasileiros e foi o general Agustín Justo quem passou a enviar informações a Vargas, por meio de Rodrigues Alves. Justo agiu junto a Castillo para viabilizar facilidades logísticas para proteção de portos do Brasil. As conclusões de Alves eram de que a posição da política externa argentina era apenas um profundo medo do presidente de fazer o país entrar na guerra, além de estar cercado de generais simpáticos aos totalitários. Segundo Alves, esse era o fator determinante para que a Argentina não fosse rompesse suas relações com o Eixo (Vargas *et al.*, 1942).

O cenário das relações entre Brasil e Argentina complicou-se ainda mais com a morte do general Agustín Pedro Justo, em 11 de janeiro de 1943. Sem o representante maior da união entre Brasil e Argentina nos “bastidores da diplomacia”, Ramón Castillo apenas fazia aumentar as distâncias entre os dois países, porque Rodrigues Alves estava ciente de que mesmo mantendo-se sempre neutra na guerra, a Argentina tinha auspícios de participar no concerto das nações vencedoras da guerra sobre a paz mundial (Vargas e Roosevelt, 1943). Alves via esse desejo argentino como um futuro problema diplomático entre os dois países, visto que o Brasil aumentaria sua influência na diplomacia panamericana e a Argentina, naturalmente, perderia.

As dificuldades eram tantas que Rodrigues Alves, Getúlio Vargas e João Batista Luzardo, embaixador brasileiro no Uruguai, passaram a cogitar a possibilidade de marcarem encontros presenciais na cidade de Uruguaiana, de maneira confidencial e paralela aos noticiários, para que



pudessem, com segurança, trocar informações e estratégias geopolíticas para a América do Sul (Alves, 1943a).

Ao longo de 1943, Alves interpretou que a posição de Ruiz Guinazú, Ministro das Relações Exteriores, simpático à Alemanha se fortaleceu: por exemplo, foi descoberto que o adido naval e aeronáutico da embaixada alemã na Argentina, Dietrich Niebuhr, era um espião que fazia circular, entre os países do eixo, informações sensíveis sobre toda a América Latina. Oswaldo Aranha, então ministro das Relações Exteriores do Brasil, pronunciou-se pela retirada de Niebuhr da Argentina, mas Ruiz Guinazú negou, apenas pedindo uma advertência da Suprema Corte da Argentina à embaixada da Alemanha. Guinazú resistiu como representante da “neutralidade” argentina (Alves, 1943b).

O embaixador informou Vargas de que Ruiz Guinazú fazia circular a opinião de que não acreditava que o Chile romperia com o Eixo, e que as vitórias dos soviéticos contra o Eixo eram, em suas palavras, apenas “balelas dos jornais”. Apesar disso, o Chile efetivamente rompeu relações com o Eixo naquele mesmo ano. As posições de Guinazú afastavam a política externa da Argentina do resto da América do Sul.

Segundo Rodrigues Alves, em sua leitura geopolítica, o Chile apenas rompeu suas relações diplomáticas com o Eixo, porque tinha certeza de que o Peru e a Bolívia estavam muito bem armados, e essa declaração de ruptura chamaria a atenção dos países aliados para auxílio e novos investimentos militares no Chile. Dessa maneira, o rompimento chileno, defendia Alves, era uma estratégia de chamar a atenção para investidores da área bélica para o país e tinha muito mais relação com a competição entre Peru e Bolívia que exatamente com o cenário da guerra europeia (Alves, 1943b).

Como se não bastassem de tensões, entre outubro e dezembro de 1943, Rodrigues Alves narrou uma guinada na política argentina: houve a nomeação de ministros alinhados à extrema direita e que, em sua opinião, a política externa argentina caminhava, devido às pressões internas dos militares que conduziram a revolução, em direção “ao nazismo puro” (Alves, 1943c, p.20), em suas palavras. O diplomata explicou que os militares que realmente comandavam o país se autointitulavam de GOU (Grupo de Oficiais Unidos) com 20 membros, eram um grupo de extrema



direita dispostos a causar conflitos com os países vizinhos, sobretudo com o Brasil, para que se fortalecessem internamente.

Os líderes desse grupo, segundo Rodrigues Alves, eram Coronel Perón, chefe da Secretaria da Guerra, que acabava de também ser designado diretor do Departamento do Trabalho, Coronel Ramírez, chefe de Polícia, Coronel Ávalos, comandante de Campo de Mayo, e Coronel González, chefe da Casa Militar do Presidente. Eram esses os quatro homens que, de acordo com o embaixador, eram efetivamente quem dirigia e inspirava o movimento revolucionário de extrema direita na Argentina.

O Grupo de Oficiais Unidos, que aplicou o golpe no presidente Castillo, era composto majoritariamente de jovens oficiais nacionalistas e corporativistas, insatisfeitos com a corrupção e com a influência britânica na economia argentina. Após o golpe, o GOU colocou no poder uma sucessão de presidentes militares, começando pelo general Pedro Pablo Ramírez (1943-1944) e depois pelo general Edelmiro Julián Farrell (1944-1946), que nomeou Juan Domingo Perón para cargos importantes, permitindo sua ascensão política. Para Rodrigues Alves, o grupo era, sobretudo, de extrema direita.

Dos quatro oficiais mais importantes do Grupo de Oficiais Unidos, o Coronel Perón me parece ser o mais capaz de todos. Sendo considerado um dos oficiais de estado maior, de maior prestígio e preparação dentro do Exército Argentino. Mostra-se pouco, recusando a todos os convites, atua nas sombras, e há quem diga que aspira à presidência. O fato, fora de dúvida, é que são esses os homens que estão na atualidade manejando o país. O Grupo de Oficiais Unidos (Alves, 1943c, p.27)

"Uma guerra na América do Sul seria mais que uma calamidade, seria um crime abominável" (Alves, 1943c, p.6). Essas foram as palavras de Rodrigues Alves quando relatou que tinha notícias e informações seguras de que o Grupo de Oficiais Unidos tinha planos reais para criar uma guerra entre os países vizinhos com o objetivo de fortalecer as suas posições germanófilas na região. Explicou que o vice-presidente, general Farrell e o Ministro da Guerra, Perlinger, representavam forças nacionalistas contrárias ao rompimento com o Eixo, e eles eram contrabalanceados pelo presidente Ramírez e por Perón. A força dos partidos políticos, disse o diplomata, "estão se dissolvendo", e o GOU tornava-se força política quase absoluta no país (Alves, 1943c, p.31).

O embaixador notou também a mobilização social de argentinos a favor da não ruptura com o Eixo. Registrou a Vargas importante movimento entre colégios católicos a favor da neutralidade,



sobretudo entre colégios de jesuítas na Argentina, que apoiavam com professores, alunos e ex-alunos a causa da neutralidade. Os ministros da Justiça e Instrução Pública se posicionavam como ex-alunos do colégio e alinhados à causa, Alves narrou que Martinez Zuviria, da Instrução Pública, era um “dos mais furiosos inimigos do elemento judaico, por isso a defenderia a causa da neutralidade até o fim (Alves, 1943c, p.30).

O informante de Vargas, por exemplo, que o monsenhor De Andrea faria um discurso no Teatro Colón sobre a necessidade de defesa da liberdade frente à autoridade. O discurso, que seria feito na presença do Presidente da República, foi cancelado devido a pressões de setores nacionalistas favoráveis à neutralidade. Esses grupos acusavam o monsenhor De Andrea de ser um defensor do comunismo, o que, segundo Rodrigues Alves, representava uma inversão da realidade.

De Andrea realizava um trabalho social por meio da chamada Casa da Empregada, uma organização com milhares de associadas e uma sede que servia de modelo de assistência social na Argentina. Ele era um importante apoiador das condições dos trabalhadores, e, para Rodrigues Alves, esse apoio representava justamente uma forma de combater o comunismo, oferecendo assistência aos mais vulneráveis à ideologia. O monsenhor De Andrea defendia, entre aspas, “aqueles que vivem dentro de seus pequenos salários”, mas, paradoxalmente, sua atuação e seu discurso foram perseguidos como comunistas na Argentina devido à influência de setores contrários ao rompimento da neutralidade (Alves, 1943c, p.30).

O ROMPIMENTO ARGENTINO

Em 7 de abril de 1943, durante o governo do presidente Enrique Peñaranda da Bolívia, o país declarou guerra às potências do Eixo, alinhando-se aos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Contudo, o descontentamento interno crescia devido à insatisfação com as elites tradicionais e à influência externa nos assuntos nacionais. Esse cenário culminou em um golpe de Estado em 20 de dezembro de 1943, liderado pelo major Gualberto Villarroel e apoiado por uma junta civil-militar composta por membros das forças armadas e do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). De acordo com Alves, esse golpe na Bolívia contou com o apoio secreto dos generais argentinos do GOU, e foi esse o ponto que revelou uma trama maior.



Rodrigues Alves narrou a Vargas que os EUA descobriram que o incentivo e até financiamento de intervenções militares na América do Sul passou a ser incentivadas pelo GOU. O plano era fortalecer golpes militares em toda a região para incentivar a penetração nazista e afastar as possibilidades de atuação dos EUA. Sabendo disso, os EUA enviaram uma esquadra para a América do Sul e ameaçaram expor publicamente todo o envolvimento do governo argentino com os nazistas (Documentos Diversos, 1944).

Então, Rodrigues Alves escreveu a Vargas:

não era possível, dessa vez, evitar a ruptura com o Eixo. As acusações eram gravíssimas: a espionagem organizada, dirigida e financiada pelos nazistas, constituía um fato irrefutável. E daí que, depois de intermináveis conferências e confabulações realizadas, o General Gilbert anunciava o propósito de romper com o Eixo. (Documentos Diversos, 1944)

Assim, foi somente em 26 de janeiro de 1944, após um golpe interno (a queda do presidente Pedro Pablo Ramírez e a ascensão de Edelmiro Julián Farrell), e sob forte pressão externa (sobretudo dos EUA), que o governo argentino rompeu formalmente as relações diplomáticas com a Alemanha, Itália e Japão.

No dia 06 de maio de 1944, faleceu o embaixador José de Paula Rodrigues Alves em pleno exercício de seu cargo. Nos meses seguintes, ele foi substituído pelo diplomata Paulo Demôro. Contudo, este não trocou cartas junto a Vargas como Alves o fizera. A ausência de contatos diretos entre Demôro e Vargas apenas reforça o quanto a confiança que o Presidente tinha junto a Alves fez com que as atividades do falecido Embaixador fosse além de diplomática uma atividade política. Ele contou com seus próprios informantes secretos e trocou inúmeras cartas diretamente com Vargas, contornando a autoridade do Ministro das Relações Exteriores todo o tempo.

REFLEXÕES FINAIS

Como já sugerira Pierre Milza (2003), a relação entre a política interna e externa tem imenso potencial de pesquisa. A atuação de Vargas junto a outros informantes, como Orlando Leite Ribeiro, Batista Luzardo, Rosalina Lisboa, Oswaldo Aranha, e com o próprio Rodrigues Alves, demonstra uma intrincada realidade para além da diplomacia formal, mostrando que os bastidores



do processo de tomada de decisão, ao ser investigado, é capaz de demonstrar novas dinâmicas entre o cenário interno e externo, como é o caso da Argentina durante a Guerra.

Uma importante conclusão é a respeito de como a distinção entre “política de Estado” e “política de governo” é pouco esclarecedora para essa investigação, afinal, a atuação de Alves demonstra o quanto a fronteira entre o político e o diplomático pode ser tênue. Elíbio Júnior, ao se dedicar à gestão de Rodrigues Alves como embaixador do Brasil na Argentina, escreve:

o que se percebe é que o campo político e diplomático o domínio do político não tinha fronteiras fixas ou predeterminadas na gestão de Rodrigues Alves. Em outras palavras, a burocracia diplomática em Buenos Aires, sob o comando do Embaixador José Rodrigues Alves, ultrapassava as delimitações administrativas e protocolares (Elíbio, 2011, p.2)

A prática política no meio diplomático não pode ser reduzida ao período da Segunda Guerra Mundial. Embora se possa aventar que o contexto do conflito tenha aproximado diplomacia e política, refutamos essa hipótese, pois nem todos os embaixadores ou diplomatas foram informantes de Vargas. Diferentemente, a chegada de Alves à embaixada foi fruto de articulação de informantes de confiança, como Rosalina Lisboa e Orlando Leite Ribeiro, fazendo dele um “embaixador encomendado” e parte daquilo que Campos (2023) define como “diplomacia dos bastidores”. Mais do que cumprir funções protocolares, Alves monitorou a política interna argentina, denunciou infiltrações nazistas e sugeriu ações como a aproximação com Paraguai e Bolívia, evidenciando que a política externa varguista se apoiava em espionagem política e diplomacia informal.

Sua atuação ilustra ainda que Vargas já operava com uma concepção de segurança hemisférica que ia além dos tratados panamericanos, articulando redes alternativas e antecipando debates sobre diplomacia transnacional e inteligência de Estado. Nesse sentido, a política externa não se limitava às pressões externas ou à atuação dos chanceleres, mas à ação pessoal de Vargas, que mobilizou informantes para ampliar a autonomia brasileira em meio à instabilidade internacional. Na Argentina, marcada por divisões internas entre germanófilos e pró-aliados, Vargas usou de diplomacia secreta para estimular a ruptura com o Eixo, mas sem ingerência oficial. Assim, Alves garantiu a Vargas uma equidistância pragmática na região, semelhante àquela identificada por Gerson Moura (1985) entre Alemanha e Estados Unidos.



A vigilância de Alves também permitiu acompanhar a atuação de figuras-chave como o general Gunther Niendenfuhr, chefe da missão militar alemã junto ao exército argentino, descrito pelo presidente Ortiz como representante de Hitler na América do Sul. Segundo Alves, o plano nazista previa controlar o Paraguai como passo para invadir territórios do Brasil e da Argentina. A identificação e frustração desses projetos reforçam a interpretação de Francisco Doratiotto e de historiadores como Alejandro Cattaruzza (2001) e María Inés Tato (2010), que compreendem a neutralidade argentina não como apoio ao Eixo, mas como estratégia de soberania nacional. Para Alves e Vargas, o nazismo se expandia por meio de propaganda que apresentava Hitler como alternativa ao colonialismo britânico, o que levou o embaixador a insistir em acordos bilaterais Brasil-Argentina para contrabalançar essa influência.

Os relatórios de Alves também destacavam como a guerra repercutia na sociedade argentina, com padres, jesuítas e civis dividindo-se entre apoio aos Aliados e simpatias nazistas, o que confirma a análise de Francisco César Alves Ferraz e Vinícius Mariano de Carvalho (2024) sobre os impactos da “guerra total” na América Latina. Suas informações embasaram medidas como o perdão da dívida paraguaia, estratégia que ele chamou de “alta política de boa vizinhança”, revelando a percepção precoce de Vargas sobre a importância geopolítica da região. Essa orientação também buscava reduzir a dependência brasileira da geopolítica do Prata e diversificar relações com países do Norte, mostrando que Alves atuava além da rotina diplomática.

Em suas correspondências, Alves chegou a identificar “uma formidável rede nazista com raízes profundas em toda a América do Sul”, voltada não à imposição do regime, mas à desestabilização geopolítica da região. Também destacou que a ruptura do Chile com o Eixo resultava menos de adesão ideológica do que de cálculos estratégicos, uma leitura que se conecta às abordagens de Andrew Buchanan e Ruth Lawlor (2024) sobre a importância das especificidades latino-americanas na guerra. Além disso, Alves criticava a instalação de bases militares norte-americanas, defendendo negociações conjuntas para preservar a autonomia regional. Contudo, o unilateralismo de países como Paraguai e Uruguai fragilizou a posição latino-americana, favorecendo o imperialismo dos EUA. Sua atuação, portanto, ilumina a complexidade da diplomacia de Vargas e reforça a relevância dos informantes na formulação da política externa brasileira durante a guerra.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, L. A. M. (2003). Brasil, Argentina e Estados Unidos (da Tríplice Aliança ao Mercosul), 1870-2003: conflito e integração na América do Sul. Rio de Janeiro: Revan.
- BUCHANAN, A.; LAWLOR, R. (2024). Latin America, the Good Neighbor, and the Global Second World War, *Antíteses*, 17(34), pp. 22–50.
- CAMPOS, F. Q. de (2023). Bastidores da política externa brasileira (1930-1945): Getúlio Vargas e seus informantes. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora.
- CAMPOS, F. Q. de (2022). A historiografia sobre a política externa de Getúlio Vargas entre 1930 e 1945: uma problematização, *Faces de Clio*, 8(16), pp. 237–257.
- CARONE, E. (1974). A República Velha: evolução política. São Paulo: Difel.
- CATTARUZZA, A. (2001). Introducción, in CATTARUZZA, A. (org.). Nueva Historia Argentina: Crisis económica, avance del estado e incertidumbre política (1930–1943), tomo 7. Buenos Aires: Sudamericana.
- CPDOC-FGV (n.d.) BRASIL, Assis. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BRASIL,%20Assis%20\(emb.\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BRASIL,%20Assis%20(emb.).pdf) [Acesso em: 13 mar. 2025].
- DIMITRAKIS, P. (2018). The Hidden War in Argentina: British and American Espionage in World War II. London: Bloomsbury Publishing.
- DORATIOTO, F. (2012). Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação, 1889–1954. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- DORATIOTO, F. F. M. (2022). A geopolítica platina da Argentina na Segunda Guerra Mundial’, *História (São Paulo)*, 41, p. e2022024.
- ELÍBIO JÚNIOR, A. M. (2011). O diplomata e a Guerra: Política Externa Brasileira na gestão do Embaixador José de Paula Rodrigues Alves (Buenos Aires-1938-1944)’, *Cadernos do Tempo Presente*, 4.



- ESCODÉ, C. (1983). *Gran Bretaña, Estados Unidos y la Declinación Argentina 1942–1949*. Buenos Aires: Editorial de Belgrano.
- FAUSTO, B. (2006). *História do Brasil*. São Paulo: EdUSP.
- FERRAZ, F. C. A.; DE CARVALHO, V. M. (2024). Uma historiografia em crescimento: os estudos sobre Brasil e América Latina na Segunda Guerra Mundial, *Antíteses*, 17(34), pp. 13–21.
- FINCHELSTEIN, F. (2002). *Fascismo, liturgia e imaginario: el mito del general Uriburu y la Argentina nacionalista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- GAMBINI, R. (1977). *O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo.
- GARCIA, E. V. (2015). *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Editora Contraponto.
- GOMES, R. N. (2019). *A dimensão regional da política varguista: as relações entre Brasil e Uruguai durante o Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília.
- HALPERÍN DONGHI, T. (2006). *Argentina en el callejón*. Buenos Aires: [Editora não especificada].
- HILTON, S. E. (1981). *Hitler's Secret War in South America, 1939–1945: German Military Espionage and Allied Counterespionage in Brazil*. Baton Rouge: LSU Press.
- LEONARD, T. M.; BRATZEL, J. F. (eds.) (2007). *Latin America during World War II*. London: Bloomsbury Publishing.
- MCCANN, F. D. (2018). *Brazil and the United States during World War II and its aftermath: negotiating alliance and balancing giants*. Cham: Springer.
- MEDEIROS, F. F. (2017). A nova história política, *Temporalidades*, 9(3), pp. 258–269.
- MILZA, P. (2003). Política interna e política externa, in MILZA, P. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, pp. 365–399.



MOURA, G. (1980) *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MOURA, G. (1993). Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939–1944, *Estudos Históricos*, 6(12).

NEPOMUCENO, M. M. C. (2016). O papel de Getúlio Vargas na elaboração de uma diplomacia cultural para a América Latina após os anos 30, in *II Colóquio Pensar e Repensar a América Latina*. São Paulo: PROLAM-USP, pp. 1–13.

PANDOLFI, D. C. (2003). Os anos 1930: as incertezas do regime, in FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (eds.) *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

RENOUVIN, P.; DUROSELLE, J.-B. (1967). *Uma introdução à história das relações internacionais*. São Paulo: Difel.

RUBIO GARCÍA, G. (2017). Los nacionalismos argentinos: un acercamiento al debate historiográfico en torno a sus figuras de la década de 1930, *Historiografías*, 13, pp. 74–94.

SEITENFUS, R. A. S. (1985). *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos: o Processo de Envolvimento Brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

SEITENFUS, R. A. S. (2003). *O Brasil vai à Guerra*. São Paulo: Manole.

SETEMY, A. (2013). O Itamaraty e a institucionalização das políticas de repressão ao comunismo: revisão e novos apontamentos historiográficos, *Clio*, 31(2).

SKIDMORE, T. E. (1988). *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SNYDER, R. C.; BRUCK, H. W.; SAPIN, B. (2002). Decision-making as an Approach to the Study of International Politics, in *Foreign Policy Decision-Making (Revisited)*. New York: Palgrave Macmillan, pp. 21–152.

SOUZA, I. I. de (2009). *Caminhos que se cruzam: relações históricas entre Brasil e Espanha (1936–1960)*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. Disponível em:



https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26042010-100713/publico/ISMARA_IZEPE_DE_SOUZA.pdf [Acesso em: 26 abr. 2025].

SVARTMAN, E. M. (1999). *Diplomatas, políticos e militares: as visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo*. Passo Fundo: EDIUPF.

TATO, M. I. (2010). Ecos argentinos de las dos guerras mundiales: Apuntes para una reflexión comparativa, in RODRÍGUEZ OTERO, M. E.; DE CRISTÓFORIS, N. A. (coords.) *Un mundo, dos guerras (1939–1991)*. Buenos Aires: Imago Mundi, pp. 67–85.

TULCHIN, J. S. (1990). The Origins of Misunderstanding: United States–Argentine Relations 1900–1940, in *Argentina between the Great Powers, 1939–46*. London: Palgrave Macmillan UK, pp. 34–55.

VILLAFANE G. SANTOS, L. C. (2017). O dia em que adiaram o Carnaval: política externa e a construção do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. Disponível em: ResearchGate [Acesso em: 27 abr. 2025].

FONTES CONSULTADAS

ALVES, J. de P. R., (1940a) Carta para Getúlio Vargas, 8 maio 1940. Relato de palestra com o presidente Ortiz sobre política interna argentina, intercâmbio comercial com o Brasil e política externa continental. Código GV c 1940.05.08/2. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV.

ALVES, J. de P. R., (1940b). Cartas para Getúlio Vargas, 3 a 17 ago. 1940. Informes sobre o estado de saúde do presidente Ortiz, tendências nazistas na Argentina, missão de industriais brasileiros e escândalo de “El Palomar”. Código GV c 1940.08.03. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV.

ALVES, J. de P. R., (1940c). Carta para Getúlio Vargas, 22 jun. 1940. Análise das dificuldades econômicas da Argentina, iniciativas agrícolas, indústria bélica e tendências germanistas no Exército argentino. Código GV c 1940.06.22/1. Rio de Janeiro: CPDOC- ALVES, J. de P. R. (1940d). [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. 03 a 17 ago. Cartas de José de Paula Rodrigues Alves a Getúlio Vargas sobre o estado de saúde do presidente Ortiz, as tendências nazistas na Argentina; informando sobre os resultados da viagem da comissão de industriais brasileiros a esse



país e as possibilidades de comércio entre os dois países. Informa também sobre o debate gerado em torno do escândalo relativo à compra de terras em “El Palomar”. Buenos Aires. (GV c 1940.08.03).

ALVES, J. de P. R. (1941a). Cartas a Getúlio Vargas sobre o estado de saúde do presidente Ortiz, as tendências nazistas na Argentina, os resultados da viagem da comissão de industriais brasileiros a esse país, as possibilidades de comércio bilateral e o debate sobre o escândalo de compra de terras em “El Palomar”. Buenos Aires, 3–17 de agosto de 1940. 2 documentos (21 folhas). In: Correspondência Getúlio Vargas. Vol. XXXIV/21 e 25.

ALVES, J. de P. R (1941b) Correspondência a Getúlio Vargas informando sobre as eleições provinciais na Argentina, a crise política e articulações para golpe de Estado. Buenos Aires, 7–29 jan. 1941. GV c 1941.01.07. CPDOC-FGV.

ALVES, J. de P. R. (1941c) Correspondência a Getúlio Vargas sobre expectativas políticas na Argentina, discurso do presidente Carrillo, declarações do Almirante Scasso e relatório dos acontecimentos políticos de abril. Buenos Aires, 16 maio 1941. GV c 1941.05.16/3. CPDOC-FGV.

ALVES, J. de P. R. (1941d) Correspondência a Getúlio Vargas sobre a posição da Argentina frente ao ataque japonês aos Estados Unidos, as cisões ministeriais e preocupações com a política externa. Buenos Aires, 18 dez. 1941. GV c 1941.12.18/3. CPDOC-FGV.

ALVES, J. de P. R. (1941e) Correspondência a Getúlio Vargas comentando a descoberta de movimento nazista na Bolívia, a influência do nazismo na América do Sul e as repercussões do episódio. Buenos Aires, 23 jul. 1941. GV c 1941.07.23/1. CPDOC-FGV.

ALVES, J. de P. R. (1941f) Resumo enviado a Getúlio Vargas relatando entrevista com Diogo Luís Molinari sobre pedido de asilo político e informações sobre a política interna e externa da Argentina. Buenos Aires, 12 dez. 1941. GV c 1941.12.12. CPDOC-FGV.

ALVES, J. de P. R. (1942a) Correspondência a Getúlio Vargas sobre as eleições legislativas na Argentina, recomposição ministerial, sucessão presidencial, política externa argentina e influência alemã no Chile. Buenos Aires, 26 fev. 1942. GV c 1942.02.26. CPDOC-FGV.



ALVES, J. de P. R. (1942b) Correspondência a Getúlio Vargas sobre eleições legislativas na Argentina, recomposição ministerial, sucessão presidencial, política externa argentina e influência alemã no Chile. Buenos Aires, 26 fev. 1942. GV c 1942.02.26. CPDOC-FGV.

ALVES, J. de P. R. (1943a) Telegrama a Getúlio Vargas solicitando informações sobre sua viagem a Uruguaiana. Buenos Aires, 21 set. 1943. GV c 1943.09.21. CPDOC-FGV.

ALVES, J. de P. R. (1943b) Correspondência a Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha sobre o processo de sucessão presidencial na Argentina, apoio inglês à fabricação de armamentos, mudança de posição do Chile na guerra, relações argentino-brasileiras e visita do presidente paraguaio ao Brasil. Buenos Aires, 3 mar.–2 jun. 1943. GV c 1943.03.03/2. CPDOC-FGV.

ALVES, J. de P. R. (1943c) Correspondência a Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha sobre a política externa da Argentina, influência do GOU, liderança de Perón, fornecimento de borracha e máquinas pelo Brasil, convênios comerciais, corrida armamentista e interferência argentina na política sul-americana. Inclui informações sobre a revolução boliviana e contatos diplomáticos em Buenos Aires. Buenos Aires, 20 out.–27 dez. 1943. GV c 1943.10.20. CPDOC-FGV.

ALVES, J. de P. R. (1943d) Correspondência a Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha sobre a política externa da Argentina, influência do Grupo de Oficiais Unidos (GOU), liderança de Perón, fornecimento de borracha e máquinas pelo Brasil, convênios comerciais, corrida armamentista e interferência argentina na política sul-americana. Inclui informações sobre a revolução boliviana, viagem do presidente paraguaio e visita de intelectuais brasileiros à Argentina. Buenos Aires, 20 out.–27 dez. 1943. GV c 1943.10.20. CPDOC-FGV.

ARANHA, O. E. de S., (1930). Telegrama para Getúlio Vargas, 22 out. 1930. Informando sobre a organização das tropas revolucionárias no Rio Grande do Sul e sobre compra de material bélico na Argentina. Código GV c 1930.10.22/4. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV.

BARBOSA, R. R. (1941) Carta a Getúlio Vargas sobre impressões colhidas no Chile, Uruguai e Argentina a respeito das relações com o Brasil e rivalidade Chile-Argentina. Santiago do Chile, 1 set. 1941. GV c 1941.09.01. CPDOC-FGV.



BENJAMIN. (1942) Correspondência a Getúlio Vargas relatando conversas com Ramón Castillo sobre política interna e externa da Argentina, planos de visita do presidente Baldomir ao Brasil e criação de filial do Banco do Brasil em Montevideu. Montevideu, 18 nov.–1 dez. 1942. GV c 1942.11.18. CPDOC-FGV.

BOTELHO, O.A., (1939). Correspondência para Getúlio Vargas. Informações sobre o avanço da Argentina na zona petrolífera do Paraguai. Buenos Aires, dezembro. (GV c 1939.12.00/1).

BOTELHO, O.A., (1942). Correspondência para Getúlio Vargas. Carta sobre a situação político-militar na Argentina e o intercâmbio comercial deste país com a Inglaterra. Buenos Aires, 1 de setembro. (GV c 1942.09.01).

BRASIL, A., (1932). Correspondência para Getúlio Vargas. Código GV c 1932.03.19/5. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV.

BRASIL, A., (1932). Correspondência para Getúlio Vargas. Código GV c 1932.03.19/5. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV.

CANTO, C. C., (1933). Carta para Getúlio Vargas, 28 jan. 1933. Sobre a adesão de Assis Brasil à Frente Única Gaúcha e o comportamento desleal do corpo consular brasileiro. Código GV c 1933.01.28/1. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV.

COLLOR, Lindolfo Leopoldo Boeckel. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. 23 out. 1930a. Telegrama de Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor a Oswaldo Aranha comunicando embarque de Orlando Leite Ribeiro em missão revolucionária e recomendando providências para entrega de dinheiro. Buenos Aires. (GV c 1930.10.23/1).

COLLOR, L. L. B., (1930). Telegrama para Oswaldo Aranha, 16 out. 1930. Informando sobre a disposição do chefe do Estado Maior argentino em auxiliar a revolução. Arquivo de Getúlio Vargas (GV c 1930.10.16/2). Rio de Janeiro: CPDOC-FGV.

DOCUMENTOS DIVERSOS (1944) Situação político-militar da Argentina: relações comerciais com Estados Unidos e Inglaterra; rompimento com o Eixo; política armamentista; guarnição de



fronteiras; possibilidades de guerra continental; espionagem; crises no Exército e no governo; ascensão de Perón; reações internacionais. Washington, Buenos Aires, Rio de Janeiro, 15 jan.–30 out. 1944. GV c 1944.01.15. CPDOC-FGV.

FUNAG. Relatório das Atividades do Ministério das Relações Exteriores em 1941. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, s.d. Disponível em: https://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio_1941.pdf. Acesso em: 27 abr. 2025.

GOVERNO PROVISÓRIO, (1933). Cartas sobre o convite a Assis Brasil para chefiar missão especial à Inglaterra, 28 a 31 jan. 1933. Tratativas sobre a exportação de produtos brasileiros. Código GV c 1933.01.28/2. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV.

LISBOA, R. C., (1932). Correspondência para Gregório Porto da Fonseca, nov. 1932. Informando sobre entrada clandestina de armamentos em São Paulo. Código GV c 1932.11.00/. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV.

LISBOA, R. C., (1938). Carta para Getúlio Vargas, abr. 1938. Elogios à atuação de Oswaldo Aranha durante a visita de Maria Cantilo e críticas ao embaixador do Brasil na Argentina. Código GV c 1938.04.00/1. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV.

MACHADO, J. P., (1936). Correspondência para Getúlio Vargas, Berlim, 29 dez. 1936. Informando sobre o embarque de material bélico alemão para alguns estados do Brasil, sobretudo São Paulo e Rio Grande, e sobre a presença em Hamburgo do embaixador A. Rouças e sua esposa. Código GV c 1936.12.29/2. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV.

MARTINS, D. (1942) Correspondência a Getúlio Vargas relatando a instabilidade política no Uruguai e informando sobre a atitude da Argentina face às agressões alemãs, à influência nazista e à crise uruguaia. Montevideu, 25 fev. 1942. GV c 1942.02.25. CPDOC-FGV.

RIBEIRO, O. L., (1933). Correspondência para Getúlio Vargas e David Alvisteguil, 7 nov. 1933. Relato sobre o conflito entre Paraguai e Bolívia na região do Chaco e a proposta de mediação dos Governos do Brasil e da Argentina. Código GV c 1933.11.07. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV.



RIBEIRO, Orlando Leite. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. 24 nov. 1937. Carta de Orlando Leite Ribeiro a Getúlio Vargas informando sobre a atuação intrigante de Saavedra Lamas em relação ao Brasil. Buenos Aires. (GV c 1937.11.24/1).

VALE, C. F., (1939). Carta para Getúlio Vargas, 17 fev. 1939. Sobre a proposta da Argentina para o reconhecimento do governo espanhol. Código GV c 1939.02.17. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV.

VARGAS, G., 1930. Telegrama para Oswaldo Aranha, 24 out. 1930. Código GV c 1930.10.24/1. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV.

VARGAS, G., 1932. Telegramas para Assis Brasil e Flores da Cunha, 19 mar. 1932. Comentando e lamentando os termos da introdução do heptálogo enviado pela Frente Única Gaúcha ao Governo Provisório. Código GV c 1932.03.19/1. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV.

VARGAS, G. (1941) Mensagem a Franklin Roosevelt agradecendo informações e afirmando a disposição do Brasil em colaborar com os Estados Unidos, sugerindo um ajuste de medidas a serem tomadas. Rio de Janeiro, 26 jul. 1941. GV c 1941.07.26/1. CPDOC-FGV.

VARGAS, G.; JUSTO, A.; ALVES, J. P. R.; ESPÍNDOLA, A. (1942) Correspondência sobre a solidariedade da Argentina diante dos ataques do Eixo a navios brasileiros e o oferecimento de Agustín Justo para servir ao Brasil. Buenos Aires, Rio de Janeiro, 20–29 ago. 1942. GV c 1942.08.20/2. CPDOC-FGV.

VARGAS, G.; ROOSEVELT, F. (1943) Documentos sobre a Conferência de Natal entre Getúlio Vargas e Franklin Roosevelt e suas repercussões nos Estados Unidos, Inglaterra, Equador e Argentina, com informações sobre a sucessão presidencial argentina. Washington, Rio de Janeiro, Buenos Aires, 4 jan.–17 fev. 1943. GV c 1943.01.04/1. CPDOC-FGV.

VERGARA, L. F., 1934. Correspondência para Getúlio Vargas. Nota analisando a situação do café brasileiro no mercado internacional. Código LV c 1934.00.00. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV.

